Censura vem antes de Ditadura: uma discussão sobre a relevância dos estudos sobre censura no período colonial do Brasil para a história da comunicação do país[1]

Daniela Barroso Ferreira Dias[2]
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo
A maioria dos estudos sobre censura e liberdade de expressão no Brasil foca as duas ditaduras: a Vargas e a Militar. Porém, outros vetos ocorreram anteriormente e também requerem pesquisa e reflexão. A censura realizada nos séculos XVII e XVIII tinha como principal alvo textos e práticas que colocassem em xeque o poder da igreja e o dogma católico. À imprensa era proibida a publicação de obras "heréticas" e à colônia vetava-se o envio desses livros, descritos em listas formuladas pelo Conselho Geral do Santo Ofício. Por isso, esse artigo pretende discutir a relevância do estudo dessas publicações para a história da comunicação brasileira, para a construção de um perfil histórico dos conteúdos vetados, além de traçar seu potencial em promover a ação de seus leitores, segundo os conceitos de memória social de Michael Pollak e de polifonia e respondabilidade de Mickail Bakhtin.

Palavras-Chave
1. Censura; 2. Imprensa; 3. Livros; 4. Liberdade de Expressão; 5. Iluminismo.

Desde o século XV, quando foi impressa a primeira bíblia por Johannes Gutenberg, a sociedade mudou. O primeiro impacto foi técnico/profissional, pois a existência dos tipos móveis definharia, segundo John Man[3], a atividade de copista. Mas, sem dúvida, o maior impacto ocorreria sobre as instituições monárquicas e clericais que teriam na imprensa uma constante ameaça aos dogmas religiosos e a seus meios de dominação. Para aplacar a nova invenção, a Reforma Protestante e os ideais iluministas essas instituições mantiveram grande vigilância sobre todos os mecanismos de propagação de idéias e conhecimento. Ao

[1]Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, no DT 08 – Estudos Interdisciplinares do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Mestranda em Comunicação Social pela Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP).

[3] MAN, John. A Revolução de Gutenberg – a história de um gênio e da invenção que mudaram o mundo. Rio de Janeiro. 2002.

passo em que a sociedade se abria para além de suas aldeias, fechava-se o cerco da igreja e de monarquias especialmente sobre a imprensa. Em Portugal, a censura vigorou por cerca de 400 anos, foi regulada e instituída por diversas instituições, marcando as publicações que eram produzidas ou circulavam pelo reino. Entendemos que essa "prática" marcou culturalmente tanto a sociedade portuguesa quanto a colônia brasileira desenvolvendo a tradição de limitar a liberdade de expressão no Brasil desde seu descobrimento. Nesse artigo, iremos abordar que as instituições queriam comprometer intencionalmente o desenvolvimento da imprensa no país sob dois aspectos: 1) para enquadrar memórias com intuito de defender interesses da colônia e da igreja, segundo Michael Pollak; 2) na tentativa de coibir questionamentos e a construção de novos discursos dos colonizados impedindo sua ação que, para Mikhail Bakhtin, segundo seu conceito de Respondibilidade, é o que define o Ser.

Memória e poder

Segundo Michael Pollak[4], a memória atua diretamente sobre a construção da identidade social, e as memórias individuais compõem aquilo que Maurice Halbwacbs[5] definiu como memória coletiva e social, flutuante e mutável. Essa faculdade tem como principal elemento de constituição os acontecimentos vividos pessoalmente e, na sequência, estão aqueles que Pollak define como "vividos por tabela", vivenciados pelo grupo social, mesmo indiretamente. Esses acontecimentos, não necessariamente presenciados pelo indivíduo, compõem seu imaginário:

> "... a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada." (POLLAK, 1992, pg. 201)

Por essa razão, cremos que todo o processo censório desenvolvido na Europa e trasladado para o Brasil repercutiuna formaçãosocial do brasileiro, que se desenvolveu em meio ao período mais rigoroso do Tribunal do Santo Ofício. Para Pollak, eventos sociais

[4]POLLAK, Michael. Memória e identidade social. 1992, pg. 200;

[5]O sociólogo Maurice Halbwachs, autor de Memória Coletiva, é um dos maiores estudiosos sobre o tema. Nascido na França é autor de Morfologia Social.

são capazes de traumatizar um grupo e transmitir essa memória por séculos, causando identificação e "conformismo", independentemente do espaço-tempo. Segundo Ulpiano Bezerra de Menezes[6] a memória é um gatilho para o conhecimento e a articulação entre fenômenos, elemento de ligação e percepção cotidiana[7], fazendo com que saberes, ideias sejam impulsionadas pela comunicação humana para além do cotidiano e do tempo. Por isso, as consequências do cerceamento promovido pelo coroa portuguesa e clero podem permanecer por vários anos, impactando, inclusive, os períodos mais recentes da história social e da comunicação no Brasil. Pollak explica que grupos de colonos, mesmo distantes da Europa, carregam em suas memórias heranças afetivas capazes de transformar o sentimento de pertencimento do grupo. Mesmo nunca tendo estado no país de origem de seus antecedentes, identificam-se muito mais com aquelas tradições que com as do local onde vive e nasceu. Essa herança não passa apenas pela identificação com costumes, idioma ou cultura, mas também pelos receios, atitudes e ações que esse Ser desempenha no contexto social.

Por essa razão, identificamos que a censura imposta à imprensa portuguesa desde sua formação, foi tão, ou mais, eficaz no Brasil que em Portugal, onde as tentativas de manter jornais circulando eram frustradas pela violência ou falta de recursos. Na maioria das vezes, a imprensa mantinha-se com recursos dos próprios gráficos aliados a ideais revolucionários ou, mais tarde, abolicionistas. Quanto aos livros havia mais agravantes – além de ter custo de produção mais elevado, não eram descartados como os jornais e a simples formação de uma biblioteca poderia resultar em confisco e prisão, caso do padre Luis Vieira da Silva[8], cuja pequena biblioteca, com cerca de 200 livros, foi confiscada e o levou preso. Sabemos que essas pequenas tentativas não tiveram força para montar no Brasil uma imprensa atuante e vigorosa, tampouco para mobilizar a colônia em prol de ação coletiva por meio dos impressos. Entre os impeditivos estavam questões naturais, como a extensão territorial do Brasil, mas também a falta de desenvolvimento de uma identidade nacional,fragmentada ora pela amplidão geográfica, ora pela falta de um grupo verdadeiramente engajado. Engajamento esse, que segundo Pollak, passa pelo sentimento de pertencimento que, aqui muitas vezes não estava ligado a raízes brasileiras. O Brasil passou por inúmeras batalhas

[6] MENEZES, Ulpiano Bezerra. In Memória e Cultura – a importância da memória na formação cultural humana. pg. 15.

[7] Para Ulpiano Bezerra de Menezes é impossível viver sem memória, ela papel determinante na transmissão de saberes. Sua conservação está presente na história, por isso, ela é indispensável para o crescimento dos povos e para a formação e manutenção da cultura.

[8] FRIEIRO, Eduardo. O diabo na livraria do cônego. Belo Horizonte. 1957.

nas quais portugueses e colonos lutaram pela manutenção ou independência da colônia, mas, no exército da coroa, lutavam tanto portugueses quanto brasileiros, mais identificados às raízes européias e fieis ao rei.

Herança e legado português

Toda censura praticada na península Ibérica deixou marcas nos súditos europeus. Quando Portugal e Espanha ainda faziam parte de um mesmo reino, os reis Fernando de Aragon e Isabel de Castela desenvolveram, junto à igreja, um método de aplacar qualquer manifestação herética. Estava criada a "Santa Inquisição" com intuito de coibir manifestações e práticas que pusessem em desacordo a ordem real e os dogmas religiosos. Juntos, igreja e reino dominaram a península punindo práticas místicas, científicas, intelectuais e a prática de outras religiões. Nesse período, foram expulsos da Ibéria judeus e mulçumanos e qualquer prática suspeita era levada ao tribunal.

Em Portugal, a censura da Inquisição foi oficialmente instaurada em 1536 com o Conselho Geral do Santo Ofício (censura papal), na sequência vieram o conselhoOrdinário da Diocese (censura episcopal), o Desembargo do Paço (censura régia), em 1576, e a censura ordinária, instituída pelo Papa Gregório, proibindo sumariamente o ensino do judaísmo e o uso das Escrituras em língua-vulgar.

Essa determinação já fazia a bíblia de Gutenberg, traduzida para o alemão, herética em si. Por isso, manter o livro consigo, em Portugal, era heresia. Porém, a censura também caia sobre livros científicos fiscalizados pelo cardeal D. Henrique, Inquisidor Mor de D. João III. A ele toda a autoridade para fiscalizar livrarias e vetar a impressão de qualquer publicação, o que garantia à igreja não apenas o poder de publicar ou vetar livros, mas também a impressão e comercialização das obras de seu interesse. Além disso, o tribunal divulga uma lista de obras proibidas que, a partir do século XVI, passaram a ser fiscalizadas também nas alfândegas. Por isso, todos os carregamentos que chegavam a Portugal ou vinham para o Brasil, e demais colônias portuguesas, eram vistoriados. Entre as obras que constavam no Índice havia autos de Gil Vicente, *O tratado da Arte de Aritimética*, *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mádre igreja*, e demais obras que destacassem as teorias iluministas e críticas à monarquia e ao clero. Durante o papado de Paulo IV a censura endureceu, assim como as penas para aqueles que desobedecessem à Inquisição, cabendo a seus contraventores a infâmia perpétua e excomunhão imediata. As medidas de Paulo IV geraram muita repercussão e deram início à

chamada censura preventiva que aumentava o rigor das fiscalizações especialmente nas embarcações que chegavam a Portugal. Em mesma medida, os Índex, tornaram-se maiores e mais rigorosos. No final do século XVI, o Rei D. Sebastião ampliou ainda mais a ação da censura, aplicando a proprietários de obras proibidas penas civis, como o exílio nas colônias da América ou na África, ou a pena de morte. A partir desse período, os pareceres do Santo Ofício também necessitavam ser submetidos ao Desembargo do Paço, aplicando aos portugueses duas censuras. Esse evento ocorreu até a criação da Mesa Real Censória, instituída por Marques de Pombal, no século XVIII, passando a prática para as mãos do estado para fortalecer e reafirmar o poder régio.

Na colônia brasileira eram aplicadas as mesmas regras, as listam ainda davam atenção a dicionários em língua inglesa e a livros sobre a revolução americana. Isso porque questões políticas eram mais intensas na colônia, e as preocupações no Brasil também incluíam conflitos entre nativos e portugueses e, no século XVIII, também com os jesuítas. Aplicava-se a prática da delação para encontrar potenciais subversivos, fossem eles relacionados a hábitos, práticas, crenças e ideais. Junto da censura o Brasil também conheceu a prática da tortura e da humilhação, recorrente séculos mais tarde, na Ditadura Militar.

Todo o contexto desenvolvido por Portugal no período da pré-colonização e nos séculos posteriores marcaram a memória de sociedade brasileira recém-formada e, independentemente da posição social do grupo, influenciou a formação social da nação e sua identidade. Pollak afirma que por meio da memória promove-se a identificação e o sentimento de pertencimento de um povo. No caso do Brasil, ambos referiam-se a práticas relacionadas à censura, ao temor e ao castigo, especialmente para aqueles enviados à colônia como punição. Esses homens passaram a temer os tribunais e a contestação, distanciando-se da nova terra, sem raízes, identificação positiva e comprometimento. Sua primeira referência da colônia estava ligada à prisão, ao sofrimento, à punição. Essa identificação, aliada aos métodos pouco rigorosos de investigação, resultaram em projeções de ordem direta ou indireta, formando a memória do grupo em relação a fatos e lugares[9]. Essas mesmas projeções podem ser transferidas a sujeitos que nunca tiveram contato direto com os fatos, impactando outros diversos, por várias gerações.

[9](POLLAK, Michael.1992.pg 202).

> "o que ocorre nesses casos são portantotransferências, projeções. Numa série de entrevistas que fizemos sobre a guerra na Nonnandia, que foi invadida em 1940 pelas tropas alemãs e foi a primeira a ser libertada, encontramos pessoas que, na época do fato, deviam ter por volta de 15,16, 17 anos, e se lembravam dos soldados alemães com capacetes pontudos (casqtlPS d pointe). Ora, os capacetes pontudos são tipicamente do tempo da Primeira Guerra Mundial, e foram usados até 1916, 1917. Era, portanto, uma transferência caracteristica, a partir da memória dos pais... Uma transferência por herança..." (POLLAK, 1992, pg 202).

Então, entendemos que o tempo não é impedimento para que um povo registre em sua memória acontecimentos anteriores. Ela é capaz de armazenar fatos tão longínquos, especialmente acontecimentos estanques, críticos ou traumáticos, como repressão e guerras, sem estabelecer relação com o tempo-espaço, conseguindo se consolidar e transferir tanto por um indivíduo quanto por um grupo. Nesse caso, o tempo torna-se secundário, diante de fortes experiências pessoais ou de um grupo, deixando fatos mais distantes ou imprecisos. Por outro lado, esse recurso faz com que a memória de fatos muito longínquos seja localizada em qualquer espaço no tempo, formando, inclusive, a memória nacional, moldando a história de todo o grupo[10].

Sob essa perspectiva, é possível que os acontecimentos em Portugal e na colônia, assim como os dados relatados a respeito de publicações, além das práticas para coibir sua circulação,tenham se estendido para muito além dos Tribunais de Censura, para gerações muito posteriores a esse período. Da mesma forma, que a carência de circulação de ideias, debates,fatos de lutas e conquistas aderiram à memória das gerações, registrando historicamente uma conduta iletrada, inculta e mansa, sem necessariamente ser essa a realidade do período. Enquanto que, por outro lado, a circulação dos conteúdos oficiais, fortaleciaessa memória "oficial" propagada no decorrer dos tempos, registrada como a História do Brasil. Essa imagem da colônia, que atravessou os tempos, formou a identidade brasileira reforçando que este povo é católico, manso, inculto e apático. Porém, nossa memória nacional não conseguiu registrar os esforços realizados em prol de mudanças, das manifestações pela liberdade, de revolução. A memória desse grupo foi disputada por vários subgrupos de interesses distintos, cujas mensagens eram tão ou mais distintas entre

[10] Pollak diz que a memória é transformada em "Cionologia oficial", sobrepondo-se à História.Por isso, o autor afirma que a memória exerce um predomínio sobre a cronologia.

si. Prevaleceu aqui o discurso oficial, que calcificou a memória nacional até os dias atuais.

> "A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são,comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. Esse último elemento da memória - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento- mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização."(POLLAK, 1992, pg 204).

Por fim, Pollak reforça que a partir da possibilidade de a memória ser construída é grande a ligação entre ela e a identidade e sua importância para formação da coerência e a continuidade. Essas duas características fortalecem ainda mais a disputa por esse espaço, especialmente em se tratando de grupos que buscam seu enquadramento na expectativa de fortalecer sua própria manutenção. Isso quer dizer que cada vez que uma obra é censurada ou alguém é punido, torna-se mais forte a memória sobre o ato repressivo, os motivos que levaram a ele e como proceder para evitar as consequencias da desobediência. Vale aqui a lei do exemplo, perpetuado, inclusive, incoscientemente. Por esse caminho trilharam a imprensa e a indústria editorial brasileira, travando batalha com um público acostumado a vê-la como subversiva e perigosa.

Linguagem: outro espaço de disputa

Vimos que a memória é um espaço disputado pelos grupose que sua formação não se baseia pela cronologia, "verdade" ou significância. Vimos também que essa faculdade é extremamente relevante para a formação da identidade individual e social, é sua coesão é um elemento muito importante para a tecitura da história. Sendo disputada ideologicamente, entendemos que tem a mesma "condição" da linguagem, sendo esta indiscutível para a formação do Ser. Mikhail Bakhtin definiu que a luta de classes, e aqui adaptamos para disputa de poder, se dá no campo da linguagem, mais precisamente no signo. *"O signo é, por natureza, vivo e móvel, plurivalente; a classe dominante tem interesse em torná-lo monovalente. Trata-se, justamente, de uma crítica ao distribucionalismo neutro"*[11].Pela mesma premissa, compreendemos que toda disputa de poder requer mecanismos de

[11]BAKHTIN, Mikhail, Marxismo e Filosofia da Linguagem, São Paulo, 1981. pg 15.

controle, explicando e justificando definitivamente a prática da censura como meio de conquista ou manutenção de um *status quo*.

Porém, essa sofisticada luta requer mecanismos que vão além da guerra. Muito menos explícita, a disputa no campo linguístico pode estar, inclusive, imbutida na negação, no veto à comunicação de signos linguísticos. A linguagem, para Bakhtin é atuante, composta a partir das relações sociais, construída sob diferente interesses que se articulam e justificam a própria existência do sujeito, que não existe antes da linguagem. E essa mesma articulação depende de contextos, que interagem para produzir sentidos que constituem o processo da comunicação e a consciência.

> "Essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras. Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, consequentemente, somente no processo de interação social" (BAKHTIN, 1981, pg 34).

Dessa forma, por termos a linguagem como elemento constitutivo do Ser, entendemos que a circulação e acesso (ou não) de conteúdos oficiais tinha a clara intenção de dominação social, com objetivos de perpetuar uma imagem construída processualmente para a colônia. A censura tem a função de vetar a circulação de conteúdos, mas também de fortalecer mensagens oficiais, fortalecedoras e mantenedoras do *status quo*.

Em Marxismo e Filosofia da Linguagem, Bakhtin afirma que a enunciação compõe a cadeia verbal, cujos componentes são anteriores à própria enunciação. Isso quer dizer que, assim como ocorre com a memória, a enunciação traz elementos ancestrais, adquiridos no decorrer do tempo, porém, acrescidos pela fala da vez. Dessa forma, o sujeito "customiza" seu discurso, produzindo algo de novo na cadeia verbal. Esse recurso, chamado por Bakhtin de Polifonia, para nós, é o que renova a enunciação e a mantém atual, ao passo que recupera conceitos muito anteriores. Por isso, entendemos ser plenamente possível que um discurso perpasse gerações com o mesmo vigor de muito tempo antes. Aqui a enunciação, assim como a memória, não depende da linha do tempo, nem do espaço, ela ultrapassa essas barreiras cronológicas mantendo relação com elos muito anteriores de sua cadeia verbal. A cadeia, por sua vez, formada por complexos processos individuais e sociais, carrega em si o eco de discursos cuja cronologia também não influi e, nesse sentido, o impacto de discursos

históricos sobre o indivíduo independe de sua relação com o fato, com a realidade objetiva, difusa na totalidade bakhtiniana, sendo ela a reunião de processos sociais e não a síntese desses processos. Por isso, é importante ressaltar que o Ser, para Bakhtin não determina ou observa a realidade, ele a compõe.

O Sujeito bakhtiniano é um Ser atuante, a própria ação e resposta ao ambiente (mundo) em que vive. Essa açãoé dotada de sentido e jamais é neutra, chamada Respondibilidade[12], firma a singularidade do Sujeito, torna-o único, justifica sua existência, por meio de um processo de construção de sua consciência a partir de sua ação no mundo. Portanto, para Bakhtin, o homem é fruto de sua ação social, o que reafirma a importância histórica para sua própria constituição. História essa, como vimos anteriormente, que pode ser construída por meio de processos da memória individual e coletiva, tornando-se, por consequência, definidora de sua ação.

Voltando ao processo social de formação do Brasil – a ação da censura colonial, que constituiu determinada memória individual e coletiva, transferida para as gerações seguintes, tornou-se história para a qual o homem responde enquanto ser único, mas também enquanto grupo. Portanto, sendo a memória construída (consciente ou incoscientemente), disputada, capaz de forjar a história, pode ser trabalhada por meio de uma linguaguem conscientemente dirigida, valorizada intencionalmente.Por meio de respostas únicas, emitida por um sujeito único, entendemos que não se trata de uma resposta social, mas de várias respostas coletivas que forma um corpo coletivo, carregado de intenções individuais.

Considerações finais

Segundo W. Lipmann, as visões particulares podem assumir status de visão oficial e tornarem-se coletiva. Esse argumento corrobora com o conceito de memória social de Pollak e também com a Polifonia bakhtiniana. Em três instâncias, “justifica-se” a ação da censura Ibérica e colonial, assim como seu conhecimento a respeito do potencial de conteúdos contrários ao discurso régio e religioso. Robert Darnton[13]afirma queuma despretenciosa leitura pode iniciar o pensamento crítico, cabendo às publicações impressas

[12]MITIDIERI, André Luis. Para uma filosofia do ato: base filosófico-linguística da reflexão bakhtiniana. In Revista do Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Jan/Jun2012.

[13]DARNTON. Robert,Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária. 1998.

(livros) um poder autônomo em razão de seu conteúdo, mas também por fomentar relações e trocas. Entendemos que as relações mencionadas por Darnton são os elementos balisadores da formação da memória social, assim como para a formação do Sujeito de Bakhtin. Essa mesma razão, exigiu que a doutrina e valores religiosos fossem as únicas fontes de conhecimento. Marcada por discursos moralizantes, estava adequadamente posta como a fonte de trocas sociais. A severidade dos Tribuinais do Santo Ofício também era revelada sem restrições e tinha carater doutrinador em prol de um catolicismo autoritário que, na busca de perpetuar os dogmas da fé, prejudicou/influenciou a prática comunicativa e a memória social no período. Entendemos que esse recurso solidificou o discurso régio/religioso por meio da própria memória social, capitaneada a favor de construir um corpo social em prol dos valores oficiais. Essa constatação, embasada pela intencionalidade de discurso descrita por Bakhtin, nos faz entender a sociedade como co-participante no processo de legitimação dos poderes na colônia, sendo a censura uma mediação entre a própria sociedade e o Estado. A censura, portanto, não é uma criação institucional, mas um mecanismo oficial de vigilância que compõe a comunicação.

Entender as consequências dessa mediação é fundamental para compreender a memória social do país e pesquisar como os discursos sociais, propagados ainda hoje, surgiram e se espalharam. Questões que passam pelo senso-comum, mas que são repetidas por séculos a respeito da identidade e características da sociedade brasileira, formadoras de uma persona reconhecida internacionalmente, que influencia diretamente a comunicação que se faz no país e sobre o país. Segundo Marialva Carlos Barbosa[14], nada começa hoje, e a política de comunicação de um período reflete a prática social e histórica do mesmo.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem -** São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos** – São Paulo: Cia das Letras, 1998.

FIORIN, José Luis. **BAKHTIN, Mikhail M.** ***Para uma filosofia do ato responsável.*** **Trad. aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010, 160p.**. In. Bakhtiniana – Revista do Estudo dos Discursos, São Paulo, v.1, nº5, p. 205-209, 1º semestre 2011.

FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na Livraria do Cônego** – Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.

[14] O presente o passado como processo comunicacional – artigo publicado na edição número 2 da Revista Matrizes. ECA/USP. Jan/Jun 2012.

HALBAWCS, Maurice. **A memória coletiva -** São Paulo: Vértice, 1990.

LIPPMANN, W. **Censura e Privacidade** In: LIPPMANN, W – Opinião Pública. Petrópolis: Vozes, 2008.

MAN, John. **A revolução de Gutenberg** – Ediouro. Rio de Janeiro. 2002.

MIRANDA, Danilo Santos de. **Memória e Cultura: a importância da memória na formação cultural humana -** Edições Sesc. São Paulo.

MITIDIERI, André Luis. **Para umafilosofia do ato: base filosófico-linguística da reflexão bakhtiniana -** In Revista do Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. v. 8 - n. 1 - p. 290-308 - jan./jun. 2012.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social -** In Revista Estudos Históricos, v.5, São Paulo, 1992. p. 200-215;

SOUZA, Laura de Mello e. **O diado e a Terra de Santa Cruz** - Companhia das Letras, São Paulo.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. http://antt.dgarq.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/inquisicao-de-lisboa-online/